



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.433, DE 2023**

**(Do Sr. Rodolfo Nogueira)**

Altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969 e Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre a segurança no campo.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-8262/2017.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. RODOLFO NOGUEIRA)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969 e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, **para dispor sobre a segurança no campo.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre a segurança no campo.

**Art. 2º** O art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, transformando-se o atual parágrafo único em §1º:

Art. 25.

.....

.....

§2º Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se em legítima defesa o possuidor, assim como terceiros em seu auxílio, contratados ou voluntários, que atuem para cessar a turbação ou o esbulho, nos moldes do art. 1.210, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.” (NR)



**Art. 3º** O art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Alteração de limites**

(...)

Pena - detenção, de 1 a 2 anos, e multa.

§ 1º - (...)

**Usurpação de águas**

(...)

**Ebulho possessório**

(...)

**Ocupação ou retomada**

§1º-A. Se o crime é cometido com o dolo específico de forçar ou pressionar o Estado ou o particular a fazer ou deixar de fazer algo:

Pena - reclusão, de 2 a 4 anos, e multa.

(...)

§4º Se do crime resulta em expulsão do local de moradia, ou na impossibilidade de nele permanecer, a pena é aplicada em dobro.” (NR)

**Art. 4º** O art. 3º, alínea “a”, do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

“Art. 3º. ....

- a) executar com exclusividade, ressalvas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos



poderes constituídos, inclusive, em terras indígenas ou outras áreas que sejam consideradas bens da União.

.....” (NR)

**Art. 4º** O art. 1.210 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1.210.

.....

§1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, inclusive, com a ajuda de terceiros contratados ou voluntários, sendo permitido o uso de armas de fogo, desde que devidamente registradas, contanto que o faça dentro do prazo de 24 horas contadas a partir do início da turbação ou esbulho.

.....”

(NR)

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor à data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O problema da segurança pública no País tem tirado a paz dos Brasileiros. Onde se trabalha e se produz, a questão da segurança tem se tornado um problema ainda mais alarmante diante das atitudes do atual (des)Governo do PT, que insiste em estimular, de maneira indireta e até mesmo direta, as invasões de terras.

Em um país no qual o Presidente da República convida o Sr. João Pedro Stédile, mentor intelectual da balbúrdia, para lhe acompanhar em



viagem institucional à China<sup>1</sup>; em um País no qual são nomeados membros do MST como superintendentes do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra); em um País no qual um gestor público se gaba em seu próprio currículo de ter invadido terras<sup>2</sup>; em um País no qual o Ministro do Desenvolvimento Agrário diz não ser crime a “ocupação”<sup>3</sup> e onde o Ministro da Agricultura diz ser “amigo do MST”<sup>4</sup>, era de se esperar que caminhássemos para a instauração do caos.

Não sem razão, “invasões do MST em oito meses do governo Lula superam toda a gestão de Bolsonaro”<sup>5</sup>.

É preciso dar um basta e garantir ao agricultor brasileiro a devida paz, razão pela qual, nesta proposição, trabalhamos em três importantes eixos.

Em primeiro lugar, aumentamos a pena para o crime de esbulho possessório, que é risível, sendo a mínima de apenas 1 mês e a máxima de seis meses. Com a nossa proposta, será de 1 a 2 anos.

Em seguida, criamos o tipo penal de “ocupação ou retomada”, para os casos nos quais a invasão tem como finalidade “pressionar” o Estado ou particular a ceder em acordos ou negociações, ou a fazer ou deixar de fazer algo. Nesses casos, a pena será de 2 a 4 anos, pois não se pode permitir a substituição do poder de polícia estatal por aqueles que dizem defender uma causa.

Ainda, estipulamos que a pena será aplicada em dobro, quando o esbulho possessório levar à expulsão da família de sua morada.

Em segundo lugar, deixamos expresso, tanto no Código Penal, quanto na legislação civil, a possibilidade de o possuidor utilizar a força para retirar aqueles que busquem cometer o crime de esbulho possessório.

<sup>1</sup> Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/clarissa-oliveira/por-que-lula-levou-a-joao-pedro-stedile-a-china>.

<sup>2</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/30/nomeado-por-lula-superintendente-do-incra-cita-ocupacao-do-mst-como-experiencia-profissional-em-curriculo.ghtml>.

<sup>3</sup> Disponível em <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/69169>.

<sup>4</sup> Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/ministro-da-agricultura-de-lula-diz-que-tem-amigos-no-mst-salles-rebate-e-cpi-tem-bate-boca/>.

<sup>5</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/30/invasoes-do-mst-em-oito-meses-do-governo-lula-superam-toda-a-gestao-de-bolsonaro.ghtml>.





Assim, aproveitamos a oportunidade para tornarmos expressa a atribuição da Polícia Militar para efetuar o policiamento ostensivo também em áreas que sejam consideradas como bens da União, de forma a dirimir quaisquer dúvidas e aumentar a segurança pública nessas áreas, atendendo aos indígenas que nelas habitam e aos demais brasileiros, que anseiam pela diminuição da criminalidade no País.

Pela segurança do povo brasileiro, em especial aqueles que habitam o campo, convocamos os Pares à aprovação da proposição.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputado RODOLFO NOGUEIRA

2023-14209



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940</b> <b>Art. 25, 161</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-12-07;2848">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-12-07;2848</a>
<b>LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002</b> <b>Art. 1210</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002-0110;10406">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002-0110;10406</a>
<b>DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969</b> <b>Art. 3º</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969-07-02;667">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969-07-02;667</a>

**FIM DO DOCUMENTO**